

EDITORIAL

O quinto número do boletim *Economia & Tecnologia* continua o debate sobre a hipótese de *desindustrialização* da economia brasileira, iniciado no número anterior e que deu ensejo a um encontro de trabalho dos economistas da FIEP e da UFPR com a assessoria econômica da FIERGS em abril do corrente ano. Nesse contexto, os estudos feitos pela equipe de pesquisadores do boletim *Economia & Tecnologia* dão suporte (moderado) a tese de que a economia brasileira está, de fato, passando por um processo de desindustrialização, o qual, se não for revertido, irá comprometer de forma inexorável o potencial de crescimento da economia brasileira no longo-prazo, tal como pode se constatar da leitura do artigo dos economistas Fábio Scatolin, Gabriel Porcile Meirelles e Francisco José Castro.

Um outro tema importante em debate é a (polêmica) reforma da previdência social. Para iniciar o debate sobre esse assunto, convidamos o economista Fábio Giambiagi do IPEA/RJ para apresentar as suas idéias sobre a referida reforma. Para Giambiagi, a reforma da previdência social é condição necessária para a consolidação do ajuste fiscal da economia brasileira, o qual permitirá a retomada dos necessários investimentos do governo em obras de infra-estrutura e, portanto, um aumento sustentado da taxa de crescimento da economia brasileira. Essa posição é, contudo, criticada por técnicos do governo da área de previdência social, os quais já entraram em contacto com a Coordenação do boletim *Economia & Tecnologia* para apresentarem, nos próximos números, uma visão alternativa sobre os problemas da previdência social. Que o debate continue.

Por fim, um outro tema relevante a ser destacado é a flexibilização do regime de metas de inflação, afinal decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho do corrente ano. Atendendo aos apelos do setor produtivo e de vários economistas brasileiros, o CMN decidiu manter a meta de inflação estável até 2008. No entendimento da equipe de pesquisadores do boletim *Economia & Tecnologia* essa decisão abre espaço para um processo continuado de redução da taxa básica de juros, o qual poderá culminar numa SELIC nominal finalmente abaixo de 10% ao ano, o que levará a taxa real para um patamar de 5 a 6 % ao ano. Finalmente está a vista o momento em que a economia brasileira deixará de ter o inglório título de possuidora da maior taxa real de juros do mundo.

Na firme convicção de que este quinto número do boletim *Economia & Tecnologia* será uma leitura agradável e útil a todos os interessados nos problemas da economia brasileira, subscrevo atenciosamente,

Prof. Dr. José Luís Oreiro
Coordenador do boletim *Economia & Tecnologia*.

